

POR UMA GEOGRAFIA DOS “FEIOS, SUJOS E MALVADOS”

Carlos Alberto Feliciano – Doutorando em Geografia Humana/USP
cacafeliciano@hotmail.com

Este trabalho que pretendemos apresentar parte do pressuposto que estamos em pleno processo de luta pela construção de uma parcela do território capitalista, dominado pelos camponeses no Brasil. E na atualidade a forma de luta principal do campesinato dá-se através de três bases de sustentação: ocupação, acampamento e assentamento.

Um dos objetivos desse trabalho é entender a materialização das diferentes formas da luta camponesa, independente de seu tipo de movimento. Procuramos analisar os movimentos a partir do princípio da diversidade do movimento camponês. Esse movimento pode ser local, regional, nacional e internacional, dependendo das correlações de forças, das conjunturas e das formas e uso da organização social. Por enquanto, pretendemos entender esse contexto da luta camponesa como um processo de conscientização, independente de sua projeção.

As ações coletivas dos camponeses sem-terra, incluindo as ocupações, além de possuir um sentido imediato e literal apresentam outros significados interpretativos. Os camponeses ao ocupar um imóvel improdutivo ou devoluto, estão materializando a sua indignação e reivindicação. *Ocupam e lutam* no espaço político quando iniciam as negociações com Estado principalmente através do INCRA ou dos Institutos de Terras. *Ocupam e lutam* com o poder local, nas reivindicações básicas como transporte escolar, abastecimento de água, segurança etc. *Ocupam e lutam* no espaço legal, quando são envolvidos em ações de reintegrações de posse, acordos judiciais de permanência por determinado tempo. *Ocupam e lutam* no espaço simbólico, buscando apoio da sociedade, dos partidos políticos, das organizações religiosas, ou para estarem presentes nos noticiários locais, regionais, na tentativa de desfazer uma estereotipização de criminalização e baderna. Além disso, para não deixar que o processo de luta seja esquecido nas entrelinhas de um noticiário.

Este trabalho foi realizado a partir de observação recente de dados quantitativos e qualitativos das ações do movimento camponês no Estado de São Paulo. Partindo da observação, por exemplo, de despejos em áreas de acampamento, consideramos que a principal violência é a materialização desigual das correlações de forças. Essa materialização da desigualdade apresenta-se nas dificuldades dos camponeses que lutam por dias, meses, para conseguirem abastecimento de água para o acampamento, transporte escolar para as crianças e até um simples boletim de ocorrência quando são ameaçados por jagunços, e de manterem o acampamento como seu próprio lar. Essa materialização das desigualdades aparece também nas facilidades do proprietário rural e poder público em despejar centenas de famílias em apenas algumas horas, conseguindo efetivos de 40, 50 e

até 200 policiais, com tropas de choque, serviço de inteligência, carros, ônibus, imprensa. Essas dificuldades e facilidades apresentadas de formas desiguais ficam registradas naqueles espaços de luta, e assim, no processo acumulativo da luta camponesa. Esses relatos e momentos de felicidade, alternados de momentos de disputas, dissidências e violências fazem parte da construção de um ideal e anseio utópico da terra liberta.

Foi por esse motivo que surgiu no trabalho a necessidade de discutir sobre a possibilidade de estarmos em pleno processo de formação do Movimento Camponês Moderno no Estado de São Paulo. O Movimento Camponês Moderno não é um novo movimento que surgiu no campo, como também não é dissidência de nenhum outro. Pensamos a formação do Movimento Camponês Moderno em seu sentido amplo, sem uma sigla, partido ou organização. Mas ao mesmo tempo e contraditoriamente, com todas as siglas, partidos e organizações. O camponês sem-terra não é o mesmo de décadas anteriores. A noção de modernidade também foi transposta e acumulada durante vários anos de luta pelo acesso a terra. O camponês isolado e desinformado da realidade, de fato, nunca existiu. O que há no Brasil são formas desiguais e injustas de acesso às informações, serviços e tecnologias.

Somente no período de 1981 a 2002 ocorreram mais de 260 ocupações no campo paulista, totalizando mais de 43.000 famílias de camponeses sem-terra. Surgiram cerca de 20 novos movimentos/organizações envolvidas nesse processo de luta pela terra e pela Reforma Agrária. Todos esses elementos nos revelam que o que está em evidência é a disputa por uma parcela do território, e como bem relata Raffestin (1993, p. 60): *“o território é um espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”*. Portanto, conquistar uma parcela do território é adquirir o trunfo de produzir e reproduzir sua produção, controlar seu tempo e espaço, seja ele baseado nas relações capitalistas ou não-capitalistas de produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FELICIANO, C. A. O Movimento Camponês Rebelde e a Geografia da Reforma Agrária. Dissertação (Mestrado), Departamento de Geografia/FFLCH. USP, 2003.

FERNANDES, B. M. O Movimento social como categoria geográfica. In: Terra Livre, São Paulo: AGB, nº15, 2000. p. 51-85.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: Dossiê Desenvolvimento Rural. USP. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 15, nº43, set/dez, 2001. p. 185-206.

RAFFESTIN, C. – Por uma Geografia do Poder. São Paulo, Ed. Ática, 1993.

SANTOS, J.V.T (org) Revoluções camponesas na América Latina. São Paulo, Ícone Editora/Editora Unicamp, 1985. p.15-45.

POR UNA GEOGRAFÍA DE LOS “FEOS, SUCIOS Y MALOS”

Carlos Alberto Feliciano – Doutorando em Geografia Humana/USP
cacafeliciano@hotmail.com

Este trabajo que pretendemos presentar parte del presupuesto de que estamos en pleno proceso de lucha por la construcción de una parcela del territorio capitalista, dominado por los campesinos en Brasil. Y en la actualidad la principal de lucha del campesinado se da a través de tres bases de sustentación: ocupación, acampamento y asentamiento.

Uno de los objetivos de este trabajo es entender la materialización de las diferentes formas de lucha campesina, independientemente de su tipo de movimiento. Procuramos analizar los movimientos a partir del principio de la diversidad del movimiento campesino. Este movimiento puede ser local, regional, nacional e internacional, dependiendo de las correlaciones de fuerzas, de las coyunturas y de las formas y uso de la organización social. Hasta el momento, pretendemos entender ese contexto de la lucha campesina como un proceso de concienciación, independiente de su proyección.

Las acciones colectivas de los campesinos sin-tierra, incluyendo las ocupaciones, más allá de tener un sentido inmediato y literal, presentan otros significados interpretativos. Los campesinos al ocupar un inmueble improductivo o *devoluto*¹, están materializando su indignación y reivindicando. *Ocupan y luchan* en el espacio político cuando inician las negociaciones con el Estado, principalmente a través del Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) o de los Institutos de Tierras. *Ocupan y luchan* con el poder local, sobre las reivindicaciones básicas, como transporte escolar, abastecimiento de agua, seguridad, etc. *Ocupan y luchan* en el espacio legal, cuando se les aplican acciones de reintegración de *posse*², acuerdos judiciales de permanencia por un determinado tiempo. *Ocupan y luchan* en el espacio simbólico, buscando apoyo de la sociedad, de los partidos políticos, de las organizaciones religiosas, o para estar presentes en los noticieros locales, regionales, en la tentativa de desmontar el estereotipo de criminalización y tumulto. Además, para no dejar que el proceso de lucha sea olvidado en las entrelíneas de un noticiario.

Este trabajo fue realizado a partir de una observación reciente de datos cuantitativos y cualitativos de las acciones del movimiento campesino en el Estado de São Paulo. Partiendo de la observación, por ejemplo, de desalojos en áreas de acampamento, consideramos que la principal violencia es la materialización desigual de las correlaciones de fuerzas. Esta materialización de la desigualdad se presenta en las dificultades de los campesinos que luchan durante días, meses, para conseguir abastecimiento de agua para el acampamento,

¹ De propiedad legal del Estado, aunque apropiado ilegalmente por un particular (Nota del traductor).

² La reintegración de *posse* se refiere al mandato judicial que ordena la devolución de una propiedad a su propietario. (N. del T.)

transporte escolar para los niños y hasta una simple denuncia cuando son amenazados por matones, y de mantener el acampamento como su propio hogar. Esta materialización de las desigualdades aparece también en las facilidades del propietario rural y del poder público en desalojar centenas de familias en apenas algunas horas, consiguiendo efectivos de 40, 50 y hasta 200 policías, con tropas antidisturbios, servicio de inteligencia, coches, autobús, periodistas. Estas dificultades y facilidades presentadas quedan registradas en aquellos espacios de lucha, e igualmente, en el proceso acumulativo de la lucha campesina. Estos relatos y momentos de felicidad, alternados de momentos de disputas, disidencias y violencias forman parte de la construcción de un ideal y anhelo utópico de la tierra liberada. Fue por este motivo que surgió en el trabajo la necesidad de discutir sobre la posibilidad de que estuviésemos en pleno proceso de formación del Movimiento Campesino Moderno en el Estado de São Paulo. El Movimiento Campesino Moderno no es un nuevo movimiento que surgió en el campo, ni es la disidencia de cualquier otro. Pensamos al formación del Movimiento Campesino Moderno en su sentido amplio, sin una sigla, partido o organización. Mas al mismo tiempo y contradictoriamente, con todas las siglas, partidos y organizaciones. El campesino sin-tierra no es el mismo de décadas anteriores. La noción de modernidad también fue transpuesta y acumulada durante varios años de lucha por el acceso a la tierra. El campesino aislado y desinformado de la realidad, de hecho, nunca existió. Lo que hay en Brasil son formas desiguales e injustas de acceso a las informaciones, servicios y tecnologías.

Apenas en el periodo de 1981 a 2002 ocurrieron más de 260 ocupaciones en el campo paulista, sumando más de 43.000 familias de campesinos sin-tierra. Surgieron cerca de 20 nuevos movimientos/organizaciones involucradas en este proceso de lucha por la tierra y por la Reforma Agraria. Todos estos elementos nos revelan que lo que está en evidencia es la disputa por una parcela del territorio, y como Raffestin afirma con propiedad (1993, p. 60): *“el territorio es un espacio político por excelencia, el campo de la acción de los triunfos”*. Por tanto, conquistar una parcela del territorio es adquirir el triunfo de producir y reproducir su producción, controlar su tempo y espacio, sea basado en las relaciones capitalistas o no-capitalistas de producción.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

FELICIANO, C. A. O Movimento Camponês Rebelde e a Geografia da Reforma Agrária. Dissertação (Mestrado), Departamento de Geografia/FFLCH. USP, 2003.

FERNANDES, B. M. O Movimento social como categoria geográfica. In: Terra Livre, São Paulo: AGB, nº 15, 2000. p. 51-85.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: Dossiê Desenvolvimento Rural. USP. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 15, nº 43, set/dez, 2001. p. 185-206.

RAFFESTIN, C. – Por uma Geografia do Poder. São Paulo, Ed. Àtica, 1993.

SANTOS, J.V.T (org) Revoluções camponesas na América Latina. São Paulo, Ícone Editora/Editora Unicamp, 1985. p.15-45.